



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

A “DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA” NAS SOCIEDADES DE CAPITALIS

Miguel Teles de Amorim

Dissertação de Mestrado em Direito e Gestão
Escola de Direito do Porto
2015

Agradecimentos

À minha família, em particular aos meus pais, a quem tudo devo,

Aos meus amigos, família que escolhemos, e não menos representam,

Aos meus colegas, académicos e profissionais, que sempre me apoiaram,

Ao meu orientador, Professor Armando Triunfante, que tornou possível o impossível,

A ti, Ana,

Obrigado.

*“It is not from the benevolence of the butcher, the brewer,
or the baker that we expect our dinner, but from
their regard to their own interest.”*

*“Não é da benevolência do talhante, do cervejeiro e do padeiro
que esperamos o nosso jantar, mas da consideração
que eles têm pelos próprios interesses.”*

- “Wealth of Nations”
Adam Smith

*“IV. Lucha. Tu deber es luchar por el Derecho, pero el día que encuentres en conflicto el
Derecho con la Justicia, lucha por la Justicia.”*

*“IV. Luta. O teu dever é lutar pelo Direito, mas no dia em que encontrares em conflito o
Direito e a Justiça, luta pela Justiça”*

- “Decálogo do Advogado”
Eduardo Juan Couture

Resumo

O presente trabalho surge no âmbito do Mestrado em Direito e Gestão da Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa, e procura analisar a figura da “desconsideração da personalidade jurídica” enquanto construção jurídica de natureza doutrinal e já com extenso reflexo jurisprudencial.

A génese desta temática assenta na tentativa do ordenamento jurídico de se conformar com as necessidades de realização da Justiça, quando o Direito positivado parece não conseguir dar resposta.

Com este estudo, procuramos analisar os vários institutos jurídicos afetados por esta figura, nomeadamente caracterizando a personalidade jurídica e o seu papel nas sociedades sob a forma comercial, bem como o a autonomia patrimonial nas designadas sociedades de responsabilidade limitada, as suas vantagens e reflexo na conduta dos sócios.

Perscrutamos as orientações da doutrina sobre a matéria, bem como a sua justificação dogmática e designados “grupos de casos” legitimadores da aplicação da figura.

Por fim, procuramos encontrar reflexos do espírito da “desconsideração da personalidade jurídica” na lei positivada, concluindo por estabelecer os seus traços de identidade comum.

Índice

1. Introdução.....	1
2. A Pessoa Coletiva.....	2
2.1 Personalidade Jurídica e Autonomia Patrimonial.....	2
2.2 As Sociedades Comerciais.....	4
2.2.1 A Autonomia Patrimonial	5
2.3 As Sociedades de Capitais e a Limitação da Responsabilidade.....	7
2.3.1 Sobre o capital social e a sua função de limitação da responsabilidade.....	9
2.3.2 Sociedades por Quotas	10
3. A Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	11
3.1 Nota Histórica	14
3.2 Justificação Dogmática	15
3.3 Âmbito de Aplicação	17
3.3.1 Casos de Responsabilidade.....	19
3.3.2 Casos de Imputação.....	Error! Bookmark not defined.
3.4 Aflorações legais da desconsideração da personalidade jurídica	27
3.4.1 Artigo 84.º do CSC.....	28
3.4.2 Artigo 270.º-F, n.º 4 do CSC.....	33
3.4.3 Artigo 501.º CSC.....	Error! Bookmark not defined.
4. Análise	35
5. Conclusões	Error! Bookmark not defined.
6. Bibliografia	38

1. Introdução

O interesse pelo presente tema surge perante a constatação, em exercício de funções profissionais, da frequente usurpação dos preceitos e faculdades legais pelos agentes económicos, que, numa contenda muitas vezes indigna e inconsequente, procuram a maximização do lucro a qualquer preço.

Um dos recursos utilizados é justamente a instrumentalização da sociedade comercial pelos sócios, ostentando-a como um escudo face a condutas ilícitas por si adotadas, camufladas ou mesmo ocultas sob o véu da dita personalidade jurídica do ente social, que desta forma encara e assume os riscos e consequências do que, em bom rigor, se trata de manifestações de vontade dos primeiros em seu único e exclusivo proveito.

Esta perversão do instituto da pessoa coletiva surge frequentemente com contornos *intra legem* no tocante ao respetivo quadro normativo societário, só sendo patente o resultado ou finalidade censurável e repudiado pela ordem jurídica à luz de uma análise global e integrada da conduta precedente.

A conjugação de uma conduta legal com resultados ilícitos ou abusivos, que se afiguram prejudiciais e danosos para terceiros ou mesmo para a própria sociedade, configura um problema que deve e tem de ser regulado pelo Direito.

Não sendo a Lei estéril no tocante a mecanismos de imputação e responsabilização dos sócios no caso das sociedades em nome coletivo ou em comandita, tem-se, no entanto, revelado insuficiente a este nível no caso das sociedades anónimas e especialmente por quotas, onde o risco de abuso pelos sócios é superior em face da sua orgânica e características.

Considerando, como enuncia Pedro Cordeiro, que “a desconsideração não é a consequência da desfuncionalização das sociedades comerciais, mas sim a consequência de uma

certa desfuncionalização do instituto – aquela que se refere à limitação de responsabilidade – “¹ cabe aferir se existem meios alternativos de tutela dos interesses legítimos feridos pelo corrompimento do instituto, e, na sua ausência, mecanismos de supressão da limitação da responsabilidade ou mesmo da própria personalidade jurídica da sociedade e subjacente autonomia patrimonial.

2. A Pessoa Coletiva

2.1 Personalidade Jurídica e Autonomia Patrimonial

Para melhor compreender (e combater) o aproveitamento ilícito da personalidade (jurídica) coletiva das sociedades comerciais (e seus efeitos), importa conhecer do âmago do instituto.

A expressão “pessoa coletiva” terá surgido na doutrina portuguesa em 1907, na obra de Guilherme Alves Moreira “Instituições de Direito Civil Português”, cristalizando-se e subsistindo até à atualidade, referindo-se a entidades distintas da pessoa singular dotadas de personalidade jurídica.

A figura da pessoa coletiva surge enquanto organização de pessoas e/ou bens, titulares de direitos e obrigações, com uma esfera jurídica e património autónomos, cuja vontade é formada por meio dos seus órgãos, destinados para o efeito. São as pessoas coletivas que “permitem a concentração de esforços humanos, meios organizados e recursos financeiros

¹ (Cordeiro P. , A desconsideração da personalidade jurídica das sociedades comerciais, 2008, p. 120)

que ultrapassam as respectivas virtualidades individuais”², visando a realização de fins económicos e sociais.

Uma das características basilares atribuídas pela ordem jurídica às pessoas coletivas consiste na personalidade jurídica. Esta reside, de acordo com o artigo 67.º do CC, na “suscetibilidade de ser titular de direitos e obrigações”³. Consequência da personalidade jurídica é a capacidade jurídica, que reside na aptidão de ser sujeito ativo ou passivo em relações jurídicas.

A natureza jurídica das pessoas coletivas vem sendo objeto de posições divergentes na doutrina, culminando atualmente de forma mais ou menos pacífica na teoria da “realidade técnica”, segundo a qual a **personalidade jurídica da pessoa coletiva** é uma realidade técnico-jurídica, criação do Direito para proteção de certos interesses⁴.

Este organismo ao qual o direito atribui a qualidade de pessoa jurídica não nasce nem se forma livremente, assim como não é dotado de vontade própria e autónoma. Surge antes como resultado ou expressão da vontade das pessoas singulares⁵, pessoas físicas que lhe concretizam a existência e emprestam os interesses e vontade⁶, desde a sua constituição e por todo o período do seu funcionamento. De igual modo, não viverá em função dos seus interesses, mas antes do escopo ou finalidade que lhe foi atribuído.

Castro Mendes refere ainda que “não devemos antropomorfizar a pessoa coletiva a ponto de perdermos de vista que – ao contrário da pessoa singular, fim em si mesma – ela não é mais que um instrumento de realização de interesses humanos.”⁷.

² (Hörster, 1992, p. 358)

³ (Hörster, 1992, p. 308)

⁴ Neste sentido, (Fernandes, 2012) (Andrade, 1992).

⁵ Cfr. sobre os limites da personalidade jurídica ou colectiva, Cordeiro A. M., *O levantamento da personalidade colectiva no direito civil e comercial*, Coimbra, Almedina, 2000, pp. 9-10

⁶ Cfr. (Ascensão, 2002)

⁷ (Mendes, 1995, p. 362)

De todo o modo, a lei acolhe e reconhece a personalidade jurídica da pessoa coletiva, que surge assim no comércio jurídico enquanto centro autónomo de relações e personalidade jurídicas, próprios e distintos dos direitos e deveres das pessoas humanas que a criaram e governam.

2.2 As Sociedades Comerciais

No caso das sociedades comerciais, a consagração da personalidade jurídica encontra-se expressa no artigo 5.º do Código das Sociedades Comerciais, que preceitua gozarem estas de personalidade jurídica e existindo como tal a partir da data do registo definitivo do contrato pelo qual se constituem.

Nos termos do mesmo código, consideram-se sociedades comerciais as sociedades, conceito genérico plasmado no artigo 980.º do CC, que tiverem por objeto a prática de atos de comércio e adotem um dos tipos legais taxativamente previstos na lei, conforme o n.º 2 do artigo 1.º do CSC.

A sociedade comercial representa uma organização constituída por uma ou mais pessoas (considerada a unipessoalidade hoje legalmente admitida em determinados casos), que contribuem com bens e/ou serviços, com vista ao exercício comum de certa atividade económica, que não seja de mera fruição e a fim de repartirem os lucros daí resultantes. Deste último elemento resulta, na forma mediata, ser escopo das sociedades comerciais a obtenção de lucro, seja, qualquer tipo de vantagem económica para para os sócios, com o correspondente reflexo no património destes.

Uma vez dotada de personalidade jurídica aquando da sua constituição, a sociedade comercial autonomiza-se juridicamente dos sócios que lhe deram origem, separando-se igualmente as esferas patrimoniais. Não deve, porém, absolutizar-se a conceção de pessoa

coletiva ou jurídica das sociedades comerciais, mas antes adotar-se uma “perspetiva não absolutizadora” ou uma “conceção substancialista”⁸.

Segundo Coutinho de Abreu, o “interesse social”, é “inseparável do interesse dos sócios, não sendo, portanto, legítimo afirmar como fim da sociedade a prossecução de interesses supra-humanos, superiores aos interesses individuais dos associados. A sociedade comercial é um meio, um instrumento de homens. Com ela pretendem estes conseguir ganhos que aumentem o seu próprio património. Em suma, a sociedade é um instrumento dos sócios, com vista à exploração de uma empresa lucrativa.”⁹.

Considerada esta artificialidade da expressão volitiva das sociedades, é justificável e expectável que, num cenário de apuramento e imputação de responsabilidades ou autoria de condutas censuradas por lei, se procure encontrar a verdadeira génese da vontade da sociedade, o que irremediavelmente irá, em última instância, recair na pessoa humana do sócio ou sócios, sem prejuízo da delegação de poderes de governo em outras pessoas ou órgãos administrativos da sociedade, que sempre resultarão produto da mesma vontade e expressão originárias.

2.2.1 A Autonomia Patrimonial

Segundo Ferrer Correia¹⁰, a personalidade jurídica das sociedades comerciais depende mesmo de uma condição prévia: a autonomia patrimonial. “Pode haver autonomia patrimonial sem personalidade, mas não esta sem aquela.”. É a própria sociedade o titular dos direitos e obrigações, não sendo a esfera patrimonial dos seus sócios atingida, pelo menos em

⁸ Cfr. (Abreu, Da empresarialidade (As empresas no direito), 1999) , na sua não absolutização reside a chave para a desconsideração ou afastamento da personalidade jurídica da pessoa coletiva.

⁹ (Abreu, Do abuso de direito – Ensaio de um critério em direito civil e nas deliberações sociais, 2006, p. 105)

¹⁰ (Correia, 1982, p. 547)

primeira linha, pelas consequências dos atos pela sociedades praticados, mas antes o próprio património social.

Esta autonomia ou separação de patrimónios, enquanto pressuposto da personalidade jurídica das sociedades comerciais, apresenta duas vertentes: a responsabilidade exclusiva do património social pelas obrigações sociais e a responsabilidade do património social exclusivamente pelas obrigações sociais¹¹. Assim, conforme Mota Pinto, “se o património tem como função principal responder pelas dívidas do seu titular, então parece que o critério mais adequado para caracterizar a separação de patrimónios deve ser o da existência de um tratamento jurídico particular em matéria de responsabilidade por dívidas”¹².

De acordo com Ferrer Correia, se, para responder pelas dívidas da sociedade enquanto sujeito autónomo, inexistir património a este pertencente, ou o património dos sócios estiver igualmente afeto ao cumprimento daquelas obrigações, não será concebível a capacidade da sociedade para se vincular¹³. Esta posição parece ser hoje disputada pela redução do capital social mínimo nas sociedades por quotas a apenas um euro por sócio, enquanto tipo societário caracterizado pela responsabilidade limitada dos sócios, que pode hoje ser por estes livremente fixado, cfr. alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 33/2011, de 7 de Março de 2011.

Da combinação da finalidade das sociedades comerciais com as características inerentes aos modelos societários de responsabilidade limitada, surge o risco de abuso e instrumentalização da sociedade pelo elemento humano, com poderes para orientar e conformar a conduta da primeira, no seu único e exclusivo interesse. Este risco assume particular dimensão no âmbito das designadas sociedades de capitais, em virtude das suas características e “benefícios”. Esta classificação, de natureza doutrinal, surge por oposição às sociedades de pessoas, e atende ao elemento mais relevante na sociedade, seja, respetivamente, a pessoa (dos

¹¹ Cfr. Menezes Cordeiro, sobre os limites da personalidade jurídica ou colectiva em (Cordeiro A. M., O levantamento da personalidade colectiva no direito civil e comercial, 2000, pp. 9-10)

¹² (Pinto, 2005, p. 345-349)

¹³ Cfr. (Correia, 1982, p. 548)

sócios), ou o capital (o valor da participação de cada sócio no capital social), que neste caso representa o elemento fundamental para a organização da sociedade, tanto ao nível da relação dos sócios entre si como com a própria sociedade¹⁴.

2.3 As Sociedades de Capitais e a Limitação da Responsabilidade

Por aplicação da definição de “Sociedade de Capitais”, extrapolam-se dois tipos de modelos societários, integrantes do elenco admitido (e taxativo) pelo CSC, enquanto modelos societários onde o capital representa a principal matriz de organização da sociedade: as Sociedades por Quotas e as Sociedades Anónimas.

Estas caracterizam-se pela ausência de responsabilidade ilimitada dos sócios pelas obrigações sociais, mesmo que esgotado e revelado insuficiente o património da sociedade no cumprimento das mesmas. Tal não é o caso nos restantes tipos societários: sociedades em nome coletivo e, nas sociedades em comandita, quanto aos sócios comanditados, casos em que a responsabilidade pessoal e ilimitada dos sócios resulta de normas legais imperativas.

Considerando que as sociedades de pessoas consagram a responsabilização pessoal e ilimitada dos sócios (ainda que subsidiária) por via de normas legais imperativas, o problema em análise não terá expressão significativa nestes modelos societários, não sendo consequentemente objeto de análise quanto a estes.

Esta limitação da responsabilidade patrimonial dos sócios encontra-se entre os principais alicerces do sistema económico capitalista, caracterizado por uma economia de mercado liberal – o empreendedorismo e investimento dos sócios é estimulado e alavancado pela

¹⁴ Neste sentido, (Caeiro, 1988, pp. 5-13) e (Serens, 1997, pp. 5-6).

mitigação do risco inerente à atividade económica da empresa, em princípio, à justa medida do valor nominal da participação social de cada um.

O “privilégio” de limitação da responsabilidade comporta a consequente externalização do risco inerente à atividade empresarial, que se transfere para os terceiros que interagem com a sociedade¹⁵. O risco do negócio transborda a esfera dos proprietários da empresa, disseminando-se pelos credores sociais.

Não obstante, este princípio encontra exceções. Veja-se, no caso das sociedades por quotas, quanto à responsabilidade solidária dos sócios sobre todas as entradas convencionadas no contrato social, cfr. artigo 197.º, n.º 1 do CSC. A lei procura aqui “assegurar o efetivo ingresso no património social dos valores estipulados pelos sócios”¹⁶. Veja-se ainda no artigo 198.º do CSC, a possibilidade de os sócios voluntariamente estipularem no contrato de sociedade, que possam responder perante os credores sociais, de forma solidária ou subsidiária (em fase de liquidação), até determinado montante, sempre sem prejuízo da responsabilidade do art.º 197 do CSC sobre a realização das entradas convencionadas.

Outro exemplo será o caso da responsabilidade do sócio único, preceituada no artigo 84.º do CSC. Este dispõe que *“se for declarada falida uma sociedade reduzida a um único sócio, este responde ilimitadamente pelas obrigações sociais contraídas no período posterior à concentração das quotas ou das ações, contanto que se prove que nesse período não foram observados os preceitos da lei que estabelecem a afetação do património da sociedade ao cumprimento das respetivas obrigações”*.

Veja-se ainda o caso da sociedade unipessoal por quotas, onde o artigo 270.º-F estabelece, no seu número 4, que o incumprimento das regras que regulam o contrato do sócio com a sociedade unipessoal por quotas *“implica a nulidade dos negócios jurídicos celebrados e responsabiliza ilimitadamente o sócio”*.

¹⁵ Cfr. (Domingues, Do Capital Social, Noção, Princípios e Funções, 1998)

¹⁶ (Domingues, Do Capital Social, Noção, Princípios e Funções, 1998, p. 100)

Estas normas são reflexo do reconhecimento do legislador de que a limitação de responsabilidade comporta riscos, em especial quando numa situação de perfeita autonomia do beneficiário – a unipessoalidade societária, propícia a comportamentos abusivos por parte dos sócios, e serão posteriormente objeto de análise, já à luz do quadro da figura da “desconsideração da personalidade jurídica”.

2.3.1 Sobre o capital social e a sua função de limitação da responsabilidade

As sociedades de capitais são constituídas a partir de um certo capital – designado por capital social, elemento fundamental do contrato de sociedade cfr. al. f) do n.º 1 do artigo 9º do CSC – que representa fundamentalmente três funções¹⁷.

Em primeiro lugar resulta num instrumento de seleção e preterição do tipo societário, atentas as restrições impostas pelo limiar mínimo legalmente admissível de cinquenta mil euros para as Sociedades Anónimas no n.º 5 do artigo 276.º do CSC, por oposição ao livremente fixado nas Sociedades por Quotas (sem prejuízo do respeito à unidade e valor mínimo da quota previstos no artigo 219.º do CSC);

Atua também como o designado “limiar de seriedade”¹⁸ para as sociedades de responsabilidade limitada, que (questionavelmente) obstaculiza a constituição de sociedades de capitais sob a forma de Sociedade Anónima a quem não se disponha cumprir a exigência legal daquele mínimo;

Por fim, encontra na sua finalidade, para as Sociedades por Quotas, a função de garantia dos credores sociais, fazendo corresponder à mesma a responsabilidade dos sócios na medida do valor da entrada que se propuseram realizar, sempre até ao limite do valor do capital

¹⁷ (Domingues, Do Capital Social, Noção, Princípios e Funções, 1998, p. 117)

¹⁸ Expressão de (Soares, 2008, p. 238)

social, a que corresponderá o limite da sua responsabilidade, sem prejuízo de voluntariamente convencionarem a título pessoal responsabilidades adicionais.

Esta última função sucumbe, segundo Tarso Domingues, por três motivos: em primeiro lugar, a figura do capital social não consegue assegurar que existam efetivamente no património líquido bens de valor idêntico à cifra do capital social mínimo, considerando que o seu regime apenas impede a sua distribuição pelos sócios, sem que consiga evitar a “erosão” resultante da atividade social. Em consequência, esta cifra terá uma função meramente indicativa do património social aquando da sua constituição; em segundo lugar, o processo inflacionário poderá depreciar o valor legalmente fixado para o capital social mínimo e consequentemente a garantia que tal representa para os credores sociais; em terceiro e último lugar, a impossibilidade de fixação por via legislativa, de uma forma abstrata e com carácter geral, no tempo, e para todo o tipo de atividade, o limite base de garantia que aquele capital social deve representar, não sendo difícil conjecturar uma série de sectores económicos em que o limite mínimo de capital para as sociedades anónimas peca por irrisório, situação ainda mais flagrante nas sociedades por quotas.

Considerando esta (possível) insuficiência do capital social enquanto garantia das obrigações sociais, bem como a referida limitação da responsabilidade dos sócios, constata-se, no caso de ausência de outros garantes como gerentes ou administradores e inexistência de garantias ou património social bastante para responder pelas obrigações assumidas, a aparente escassez de meios de tutela dos interesses dos credores da sociedade, para além das garantias voluntariamente pelos sócios prestadas aos mesmos.

2.3.2 Sociedades por Quotas

Dos dois modelos societários em análise, é precisamente nas sociedades por quotas que se potencia o maior risco de abuso por parte dos sócios, face não só à menor exigência de garantias aquando da sua constituição, como da estrutura orgânica que a lei lhe permite. Contrariamente às sociedades anónimas, é frequente assistir-se ao facto de o sócio ser simultaneamente membro do órgão de administração da sociedade, e mesmo quando assim não o

seja, a sua intervenção direta na gestão da sociedade, permitida por lei neste tipo societário, faça com que os terceiros valorizem especialmente a pessoa do sócio como empresário, em detrimento da sociedade¹⁹.

Esta posição privilegiada, enquanto proprietário e controlador da sociedade, simultaneamente beneficiando da limitação da responsabilidade, são ingredientes bastantes para que o sócio se sinta aliciado a adotar comportamentos menos respeitantes do interesse social e de terceiros especialmente relacionados com a sociedade, mormente os credores sociais, transferindo para estes o risco da atividade económica e sujeitando-os a um risco que estes não acordaram em suportar. Esta transferência merece especial censura porquanto o lucro será a contrapartida lógica do risco²⁰, não se justificando que os sócios possam perseguir o primeiro sem as consequências do segundo.

3. A Desconsideração da Personalidade Jurídica

A figura do “instituto”²¹ em análise sofre de uma certa polissemia. De entre os termos acolhidos pela doutrina em Portugal, encontramos uma vasta gama de nomenclaturas, composta por termos como o “Levantamento”, a “Desconsideração”, a “Penetração”, a “Superação”, a “Supressão”, o “Afastamento” ou ainda “O Levantamento do Véu” da personalidade jurídica.²²

Constata-se o replicar no plano nacional da “névoa de metáforas” (“*mist of metaphors*”), descrita pelo Juiz Benjamin N. Cardozo no caso “*Berkey v. Third Avenue Railway Co.* 244

¹⁹ (Ribeiro, 2009, p. 23)

²⁰ (Ascensão, 1993)

²¹ Para alguns Autores é discutível tratar-se de um verdadeiro instituto jurídico. (Cfr. (Ribeiro, 2009, p.))

²² Maria de Fátima Ribeiro analisa em rigor a proveniência e posteriores subscrições da doutrina à extensa lista de “apelidos” da figura em análise a páginas 67 e 68 da obra citada.

N.Y (Court of Appeal) 602 (1927)”, considerado um exemplo “clássico” de aplicação do “instituto” no direito norte-americano, que o mesmo se mostra reticente em apelidar, uma vez que, nas palavras do próprio, “as metáforas (no direito) devem ser cuidadosamente vigiadas, porquanto nascendo como meios para liberar o pensamento, acabam por escravizá-lo”²³, limitando-se a descrever a operação de “desconsideração” enquanto “casos em que o ente social é ignorado”²⁴

A “desconsideração da personalidade jurídica” não reúne uma definição pacífica. Por não se encontrar positivado no ordenamento jurídico português, este constructo jurídico sofreu, e sofre, várias definições. Não obstante a multiplicidade de termos para o mesmo instrumento jurídico, a sua função é, no plano nacional, relativamente pacífica e decorrente da própria expressão, independentemente da versão empregue.

Engrácia Antunes descreve com particular detalhe a figura, no domínio particular das sociedades comerciais, como “um método jurídico que permite, em via excecional e ao arrepio do princípio fundamental da separação entre a pessoa jurídica da sociedade e as pessoas dos respetivos sócios ou administradores, a imputação a estes últimos de um determinado ato, qualidade, negócio ou responsabilidade jurídico formalmente atribuíveis à primeira.”²⁵.

Neste âmbito, para Pedro Cordeiro, “desconsiderar significa derrogar o princípio da separação entre a pessoa coletiva e aqueles que detrás atuam”²⁶.

Maria de Fátima Ribeiro, considera a “desconsideração da personalidade jurídica” como a “operação pela qual a personalidade jurídica de uma pessoa coletiva é afastada, retirada”²⁷.

²³ “*Metaphors in law are to be narrowly watched, for starting as devices to liberate thought, they end often by enslaving it.*”

²⁴ “(...) *times that the corporate entity will be ignored* (...)”

²⁵ (Antunes J. A., *Direito das Sociedades (Parte Geral)*, 2010, p. 221)

²⁶ (Cordeiro P., *A desconsideração da personalidade jurídica das sociedades comerciais*, 2008, p. 13)

²⁷ (Ribeiro, 2009, pp. 67-68)

Segundo Catarina Serra, a figura é descrita como “o rompimento da barreira da personalidade jurídica por forma a atingir as pessoas (e os patrimónios) dos sócios”²⁸.

Para Ricardo Costa, consiste numa técnica que permite subtrair o património (pessoal ou social) dos sócios ao benefício da responsabilidade limitada²⁹.

Já Armando Triunfante considera tratar-se da “ficção, com resultados particulares e temporários, da inoperacionalidade dos efeitos da personalidade jurídica”³⁰, permitindo chegar a uma solução onde tal não se mostrava simples, ao “inibir os efeitos normais da autonomia da personalidade, por haver esta sido empregue ilicitamente (contrariando o fim com que foi inicialmente prevista e atribuída.)”³¹.

Esta operação apresenta-se, *ab initio*, como um ataque ao que será, nos termos já analisados, uma realidade jurídica positivada, independentemente da tese subscrita, conforme será objeto de análise – ofende-se a personalidade jurídica das sociedades, ou, no mínimo, a sua autonomia patrimonial.

Conforme analisado no capítulo antecedente, um dos efeitos da personalidade jurídica das sociedades é justamente a limitação da responsabilidade dos sócios. Ora, é o abuso dessa limitação, seja pela via de recurso à sociedade como interposta pessoa, seja pela barreira que a autonomia patrimonial da sociedade comercial representa entre o património dos sócios e os credores sociais, que invoca e legitima esta figura da “desconsideração da personalidade jurídica”.

²⁸ (Serra, 2009, p.112)

²⁹ (Costa, "Boletim da Ordem dos Advogados", n.º 30, p. 10 e ss.)

³⁰ (Triunfante & Triunfante, 2009, p. 133)

³¹ (Triunfante & Triunfante, 2009, p. 132)

3.1 Nota Histórica

O primeiro registo de aplicação da figura da desconsideração da personalidade jurídica das pessoas coletivas encontra a sua origem no caso *Salomon v. Salomon & Co. Ltd.*, julgado em Inglaterra no ano de 1897, onde a *House of Lords* veio a “desconsiderar” a decisão das instâncias inferiores, refutando a responsabilização direta do sócio pelas dívidas da sociedade em causa, sócios esses a quem os autores da ação acusavam de utilizar a sociedade como um *agent*.³²

Após a segunda guerra mundial, a figura foi extensivamente desenvolvida pela doutrina alemã, onde em 22 de Junho de 1920 o *Reichsgericht* (supremo tribunal do Reich) decidiu pela responsabilização do sócio de uma sociedade por quotas unipessoal (superveniente-mente) em resultado de atos praticados pela sociedade, derrogando o princípio da autonomia patrimonial³³. Menezes Cordeiro vem a considerar esta decisão como a “certidão de batismo, no Continente, do levantamento da personalidade coletiva”³⁴.

Segundo, Robert B. Thompson, tratava-se em 1991 da questão jurídica de direito societário mais litigada no ordenamento jurídico norte-americano³⁵.

No plano nacional, segundo Coutinho de Abreu³⁶, o acórdão precursor que aplicou, num caso concreto, a “desconsideração da personalidade jurídica” terá sido do Tribunal da Relação do Porto, a 13 de Maio de 1993, em que foi relator o Conselheiro João Fernando Fernandes de Magalhães.

³² Cfr. (Ribeiro, 2009, p. 97-98, nota 34)

³³ Cfr. (Cordeiro A. M., Tratado de Direito Civil Potuguês, 2000, p. 674)

³⁴ (Cordeiro A. M., O levantamento da personalidade colectiva no direito civil e comercial, 2000, p. 105)

³⁵ “*Piercing the corporate veil is the most litigated issue in corporate law, and yet it remains among the least understood.*” (Thompson, 1991)

³⁶ (Abreu, Da empresarialidade (As empresas no direito), 1999, p. 206)

Menezes Cordeiro considera que a sistematização da figura terá resultado de um esforço doutrinal, iniciado como resposta a uma série de litígios judiciais que, colocando os mesmos problemas, aparentavam consequência comum³⁷.

3.2 Justificação Dogmática

É generalizadamente aceite que esta figura reveste uma função instrumental, no sentido que “o intérprete conhece normalmente com antecipação a solução a que pretende chegar”. Procura-se, por intermédio deste mecanismo, combater as situações iníquas que resultem do abuso da personalidade jurídica do ente social e suas características, e não mereçam outro meio de tutela.

A própria doutrina norte-americana, precursora na aplicação da figura que apelida de “*disregard of the legal entity*” – “desconsideração da entidade legal” ou “*piercing/lifting the corporate veil*” – “a perfuração/levantamento do véu societário”, considera que a desconsideração da personalidade jurídica “não constitui base para uma ação independente”³⁸, reputando-a como uma “safety valve” – “válvula de segurança” do sistema para combater comportamentos antijurídicos³⁹.

³⁷ Cfr. (Cordeiro A. M., Manual de direito das sociedades, Vol. I, Das sociedades em geral, 2004, p. 363)

³⁸ Cit. “The doctrine of “piercing the corporate veil” does not constitute a basis for an independent cause of action”, cfr. *Morris v State Dept. of Taxation and Finance*, 82 NY2d 135, 603 NYS2d 807, 623 NE2d 1157; *ARB, i LLC v R.J. Reuter, L.L.C.*, 93 AD3d 929, 940 NYS2d 679; *Matter of Moak*, 92 AD3d 1040, 938 NYS2d 648; *Old Republic National Title Ins. Co. v Moskowitz*, 297 AD2d 724, 747 NYS2d 556, consultado em 29 de Setembro de 2015 em https://www.law.cornell.edu/nyctap/193_0201.htm.

³⁹ (Serra, 2009) e Bainbridge, Stephen M., *Abolishing LLC Veil Piercing*, Maio, 2004, *UCLA School of Law, Law-Econ, Research Paper* No. 04-11, disponível em <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.551724>.

Esta figura é hoje construído em duas teorias basilares, resultado da construção doutrinária alemã⁴⁰: as teorias do abuso e as teorias da aplicação da norma ou do fim da norma, sendo que parte da doutrina as conjuga nas chamadas teorias mistas.

Segundo a teoria do abuso, consagra-se o abuso de direito, genericamente consagrado no artigo 334.º do CC, como base de partida para a aplicação da figura, podendo este ser concebido como subjetivo quando ocorra a utilização intencional da pessoa coletiva pelas “pessoas singulares que se escondem por detrás”⁴¹, ou objetivo ou institucional, quando se considere que a separação entre associação e membro é contrária à ordem jurídica, e o abuso é entendido como utilização da pessoa coletiva contra o seu fim institucional, através da violação de princípios fundamentais do sistema jurídico e económico”⁴².

Para Tarso Domingues, o fundamento para aplicação da figura da desconsideração da personalidade jurídica deverá passar necessariamente por uma conjugação entre a responsabilidade aquiliana e a figura do abuso de direito, esta última podendo surgir como fundamento último da ilicitude”⁴³.

Já quanto às teorias da aplicação da norma, está em causa o sentido e a finalidade da norma cuja aplicação está em causa para decidir, em concreto, se essa norma vai aplicar-se à pessoa coletiva⁴⁴. À luz destas teorias, a pessoa coletiva não é uma “unidade”, relativizando-se o âmbito institucional do princípio da separação entre a pessoa coletiva e os seus membros, e restringindo a aplicação da norma que lhe dá expressão.

Maria de Fátima Ribeiro entende que “(...) talvez a grande dificuldade sempre sentida na tentativa de justificação dogmática da «desconsideração da personalidade jurídica resida,

⁴⁰ Cfr. análise detalhada da construção das referidas teses pela doutrina e jurisprudência alemã, (Ribeiro, 2009).

⁴¹ Cfr. (Ribeiro, 2009), p. 104, cit, Rolf Seric, “*Rechtsform und Realität juristischer Personen*”, cit, p. 27.

⁴² (Ribeiro, 2009, p. 107)

⁴³ (Domingues, O novo regime do capital social nas sociedades por quotas, 2011, p. 115)

⁴⁴ (Ribeiro, 2009, p. 108)

afinal – simplesmente – no facto de não estarmos perante um «instituto», mas antes perante a tentativa de obter um determinado resultado que, em concreto, se afigura o mais justo.”⁴⁵.

Consagra-se assim o carácter “finalista” da figura, cujo sentido pragmático resulta simultaneamente na sua maior virtude e obstáculo à sua justificação, por aparente falta de sustento legal positivado, se não por força das designadas “válvulas de escape” do ordenamento jurídico.

3.3 Âmbito de Aplicação

O figura da desconsideração da personalidade jurídica conhece dois âmbitos de aplicação, nomeadamente quanto à finalidade que reveste, seja esta de imputação (*Zurechnungsdurchgriff*), ou de responsabilidade (*Haftungsdurchgriff*).

O primeiro caso imputa ou refere determinados comportamentos dos sócios à sociedade ou vice-versa, à luz de uma perspetiva substancialista da personalidade coletiva e da interpretação teleológica da norma. Já no segundo, tem-se por finalidade a responsabilidade (*Haftungsdurchgriff*), correspondendo ao levantamento da regra da responsabilidade limitada (ou da não responsabilidade por dívidas sociais) que beneficia certos sócios (de sociedades por quotas e anónimas), casos em que domina a figura do abuso do direito no sentido de justificar a perda do benefício em virtude da sua instrumentalização para satisfação de interesses que excedam o fim social ou económico do direito de constituir e fazer funcionar a sociedade⁴⁶.

⁴⁵ (Ribeiro, 2009, p. 131)

⁴⁶ (Abreu, Curso de Direito Comercial Vol. II - (Das Sociedades), 2014)

Oliveira Ascensão⁴⁷ considera ainda as seguintes “modalidades” de desconsideração da personalidade jurídica:

- a) direta ou invertida – direta quando se procede a ultrapassagem da sociedade de modo a atingir os seus sócios; invertida quando se parte dos sócios para atingir a sociedade;
- b) desfavorável ou favorável – favorável quando daí resultem benefícios fiscais ou se desconsidere que existiu uma transmissão; para quaisquer fins/para fins de responsabilidade – nomeadamente, para casos de *Durchgriff* como aqui analisamos; e
- c) subjectiva ou objetiva – a primeira terá em conta a intenção fraudulenta, enquanto a segunda analisará a existência objetiva de desvio à lei; em geral/no caso concreto; positivamente estatuída/resultante da aplicação de princípios gerais.

No âmbito da aplicação da figura para efeitos de responsabilidade, que representa a grande generalidade dos casos que vêm sido reconhecidos como legitimadores da aplicação do figura em análise, têm estes em comum a utilização indevida e abusiva autonomia patrimonial da sociedade comercial para prossecução de finalidades inaceitáveis, atuando e abusando desses conceitos, defraudando e infringindo muitas vezes e simultaneamente a lei⁴⁸.

O problema coloca-se, nestes casos, no plano patrimonial e na sua função de garantia sobre as responsabilidades e obrigações assumidas. Este âmbito de aplicação é, normalmente, sistematizado e reconduzido a novos “grupos de casos”.

⁴⁷ (Ascensão, 1993, p. 76)

⁴⁸ (Triunfante & Triunfante, 2009, p. 103)

3.3.1 Casos de Responsabilidade

A doutrina nacional tem vindo a reunir uma série de grupos de casos de aplicação da figura da “desconsideração da personalidade jurídica” para efeitos de responsabilidade, que mais não são do que o reflexo de situações reais que vão sendo objeto de litígio judicial.

Pedro Cordeiro começou⁴⁹ por identificar dois grupos de casos⁵⁰ onde se considera uma instrumentalização abusiva da sociedade, a subcapitalização e a mistura de patrimónios. Para o Autor, a problemática que se visa resolver, nos casos de responsabilidade, pelo recurso à desconsideração da personalidade jurídica subsume-se à desfuncionalização da responsabilidade limitada, considerando que “a desconsideração como instituto jurídico autónomo não é um fenómeno relativo à personalidade jurídica, mas sim à responsabilidade limitada”⁵¹, só se justificando, enquanto instituto autónomo, nos modelos societários que efetivamente limitem essa responsabilidade⁵². Os dois grupos de casos suprarreferidos, que possuem como denominador comum a limitação da responsabilidade, poderão ser resolvidos por via da interpretação de normas e institutos jurídicos vigentes e positivados. O Autor conclui que “a desconsideração tem carácter excecional, já que derroga o princípio da separação consagrado pelo legislador, sendo os seus pressupostos o abuso objetivo de instituto e o domínio.”⁵³

Menezes Cordeiro reconduz os fenómenos legitimadores do instituto a três grupos de casos⁵⁴, a confusão de esferas jurídicas; a subcapitalização e o atentado a terceiros e o abuso da personalidade.

⁴⁹ Note-se que, apesar do ano de publicação de obra em análise (2008), a mesma corresponde, com adaptações, à dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa e que foi objeto de discussão pública em 6 de Março de 1989.

⁵⁰ Cfr. (Cordeiro P. , A desconsideração da personalidade jurídica das sociedades comerciais, 2008, p. 66).

⁵¹ (Cordeiro P. , A desconsideração da personalidade jurídica das sociedades comerciais, 2008, p. 104)

⁵² (Cordeiro P. , A desconsideração da personalidade jurídica das sociedades comerciais, 2008, pp. 104-105; 171 e ss.)

⁵³ (Cordeiro P. , A Desconsideração da Personalidade Jurídica das Sociedades Comerciais, 1988)

⁵⁴ (Cordeiro A. M., O levantamento da personalidade colectiva no direito civil e comercial, 2000, p. 147)

Para o primeiro caso, está em causa a indissociabilidade entre as referidas esferas jurídicas, mormente as esferas patrimoniais. No caso de subcapitalização, o Autor defende que apenas a subcapitalização material, a desenvolver adiante, pode representar fundamento de desconsideração da personalidade jurídica.

Já quanto ao atentado a terceiros e abuso da personalidade, está precisamente em causa a usurpação da personalidade jurídica coletiva pelos sócios, num cenário de abuso do direito, em detrimento de terceiros. Nesta modalidade, o elemento catalisador da aplicação da figura é precisamente a sua justificação dogmática à luz das teorias do abuso – a desconformidade da conduta com os ditames da boa-fé⁵⁵. Não obstante a identificação dos três grupos de casos, o Autor ressalva a sua não estanquicidade, havendo porventura lugar a sobreposições⁵⁶.

Coutinho de Abreu⁵⁷ e Tarso Domingues⁵⁸ consideram ainda os casos de “descapitalização provocada” (por sócios, enquanto tal⁵⁹) como um “grupo de casos de responsabilidade”, justificativo da aplicação da desconsideração da personalidade coletiva. Consideram-se aqui os casos em que os meios de produção e/ou património de uma sociedade são gradualmente transferidos para outra, pertença ou dominada dos mesmos sócios.

Pereira de Almeida, por seu turno, divide as situações de “desconsideração da personalidade jurídica” em dois tipos, a subcapitalização, que identifica como as situações em que a sociedade se “constitui com um capital social manifestamente insuficiente para a atividade social que se propõe exercer, ainda que com recurso a financiamento externo”, e a disfunção ou abuso da personalidade jurídica, que configura como a utilização pelos sócios do “meio técnico” da personalidade jurídica exclusivamente para dela beneficiarem, sem que a intenção principal seja o exercício da sua atividade social⁶⁰.

⁵⁵ (Cordeiro A. M., Da boa fé no Direito Civil, 2015, p. 1233)

⁵⁶ (Cordeiro A. M., O levantamento da personalidade colectiva no direito civil e comercial, 2000, p. 123)

⁵⁷ (Abreu, Diálogos com a jurisprudência, II – Responsabilidade dos administradores para com credores sociais e desconsideração da personalidade jurídica, 2010, pp. 56-60)

⁵⁸ (Domingues, O novo regime do capital social nas sociedades por quotas, 2011)

⁵⁹ Cfr. (Abreu, Diálogos com a jurisprudência, II – Responsabilidade dos administradores para com credores sociais e desconsideração da personalidade jurídica, 2010, p. 52)

⁶⁰ Cfr. (Almeida, 2013)

Já Maria de Fátima Ribeiro, entre outros⁶¹, reconhece três “grupos de casos Haftungsdurchgriff”⁶², onde se procura a rutura da regra da limitação da responsabilidade por via do recurso à “desconsideração da personalidade jurídica”: a subcapitalização material (originária ou superveniente), o controlo da sociedade por um sócio, e a mistura de patrimónios, os quais se passam a analisar em maior detalhe.

Subcapitalização Material

Nos casos de **subcapitalização material**⁶³, legitima-se a desconsideração quando se constate uma insuficiência de meios financeiros adequados à prossecução do negócio, por motivo censurável imputável aos sócios podendo ser originária ou superveniente⁶⁴, consoante o momento da vida societária a que se reporta. Não poderá deixar de ser tido em consideração que a sociedade não detém, por si própria, qualquer “direito à vida”, cabendo aos sócios o poder dispositivo e soberano quanto à sua existência. Tal não pode, porém, ocorrer em despeito dos interesses dos credores sociais, que de igual modo não poderão resultar vítimas de tomadas de decisão dos sócios que alterem de tal forma o paradigma societário de onde resulte uma insuficiência de meios para continuação da atividade da sociedade.

Sócio Controlador

Outro grupo de casos reconhecido pela doutrina será o do chamado sócio controlador, figura que se poderá tripartir em três cenários compatíveis com a sua essência, consoante a

⁶¹ Cfr. nota e elenca a Autora em (Ribeiro, 2009, p. 177)

⁶² (Ribeiro, 2009, p. 177)

⁶³ Distingue-se de subcapitalização formal ou nominal, que representa os casos em que o financiamento da sociedade lhe é concedido a título de crédito, e da “descapitalização” que contemplará os casos em que os sócios dotaram a sociedade de meios suficientes para o exercício do negócio, vindo esta a perdê-los em seu resultado. Ressalva-se que a consideração da subcapitalização material como grupo de casos de desconsideração não é pacífica na doutrina, já que não existe atualmente uma obrigação de capitalizar adequadamente a sociedade para o atividade que visa prosseguir, para além das exigências formais da sua constituição.

⁶⁴ Cfr. (Domingues, Variações sobre o Capital Social, 2009, p. 390)

posição do “sócio” em causa: o controlo pela “gerência de facto”; pela situação de unipessoalidade (originária ou superveniente); ou pelo controlo no âmbito de grupos societários.

a) Gerência de Facto

No cenário da “gerência de facto”, está em causa o comportamento do(s) sócio(s) que se identifique materialmente com um poder de governo do ente social sem a respetiva condição formal de gerente ou administrador. Nas palavras de Coutinho de Abreu e Elisabete Ramos, o sócio assume funções de gerente ou administrador da sociedade “sem título bastante, direta ou indiretamente e de modo autónomo (não subordinadamente)”⁶⁵.

A condição de facto dos gestores ou administradores da sociedade impõe-se para que seja considerada a figura em análise, uma vez que quaisquer administradores ou gerentes se encontram sujeitos ao regime da responsabilidade previsto no artigo 78.º do CSC, que preceitua, no seu n.º 1, a sua responsabilidade “para com os credores da sociedade quando, pela inobservância culposa das disposições legais ou contratuais destinadas à proteção destes, o património social se torne insuficiente para a satisfação dos respetivos créditos”. De imediato se destaca nesta norma a culpa (exigida) dos sócios na violação de preceitos legais ou contratuais que visem proteger os credores sociais para a sua aplicação, bem com a supletividade emanante da necessidade de insuficiência e prévia excussão do património social. Peca porém, por defeito, no seu alcance, por não abranger os sócios que não desempenhem funções de gerência ou administração, o que, como nota a Maria de Fátima Ribeiro, “não acontece por acaso”⁶⁶.

⁶⁵ Cfr. (Abreu & Ramos, Responsabilidade Civil de Administradores e de Sócios Controladores, 2004)

⁶⁶ Cfr. Maria de Fátima Ribeiro, a questão foi “analisada e considerada no âmbito da mais recente reforma do Código das Sociedades”, concluindo-se pela sua não aplicação por existência de várias situações para as quais a doutrina desenvolveu a figura do administrador de facto.

O enquadramento destes casos no âmbito da figura em análise surge, face ao exposto, na inaptidão do sistema normativo em alcançar o sócio que exerça o referido poder de domínio sobre a sociedade, mantendo-se oculto por detrás da sua condição, sem integrar qualquer orgânica de governo social ou manifestar qualquer comportamento ou função⁶⁷ que o possam deixar à mercê dos instrumentos de responsabilidade legalmente consagrados para os administradores de facto, ficando fora do alcance dos credores sociais⁶⁸.

b) Unipessoalidade Societária

A unipessoalidade societária divide-se sob duas modalidades: material e formal. No caso das sociedades por quotas, o ordenamento jurídico permite hoje, e desde 1996, a constituição originária ou transformação superveniente de sociedades por quotas reduzidas a um único sócio – designadas unipessoais, configurando a designada unipessoalidade formal.

Este modelo encontra o seu regime previsto no artigo 270.º-A e seguintes do CSC, consistindo na constituição à luz das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 257/96, de 31 de Dezembro, que incorporou no regime legal do direito societário as sociedades unipessoais por quotas, constituídas originariamente “por um sócio único, pessoa singular ou coletiva, que é o titular da totalidade do capital social” cfr. n.º 1 do artigo 270.º A do CSC, ou a título superveniente pela concentração das quotas da sociedade num sócio só, mediante as formalidades legais previstas no n.º 2 do mesmo artigo.

O preâmbulo do respetivo diploma reconhecia que “As sociedades de responsabilidade limitada são a forma por excelência escolhida pelas pequenas e médias empresas. É clara entre nós a propensão dos empresários para a utilização deste tipo de sociedades como forma de enquadramento jurídico das suas empresas. As sociedades unipessoais por quotas existem

⁶⁷ Cfr. refere Coutinho de Abreu, o artigo 80.º do CSC tem-se revelado insuficiente no sentido da responsabilização de administradores de facto (Abreu & Ramos, Responsabilidade Civil de Administradores e de Sócios Controladores, 2004, pp. 104-105)

⁶⁸ Cfr. Maria de Fátima Ribeiro, para o caso das sociedades por quotas (Ribeiro, 2009, p. 640).

em quase todos os Estados membros da Comunidade Europeia, já por razões jurídicas, já por razões económicas. Importa introduzi-las no nosso direito das sociedades.”

No caso da unipessoalidade formal, assiste-se à concentração num único sócio das participações sociais de uma sociedade. Esta situação, porquanto irregular⁶⁹ se não sob a forma da sociedade unipessoal por quotas nos termos do artigo 270.º-A e seguintes, foi tolerada pelo legislador, o que permite ao sócio coabitar pacificamente com os credores nessa unipessoalidade.

Não obstante a potencial regularidade da situação, foram ambos os cenários aparentemente acautelados pelo legislador no CSC por via dos artigos 84.º, para os casos da responsabilidade do sócio único quando este haja violado o princípio da separação de patrimónios pelas obrigações sociais em caso de insolvência da sociedade, e 270.º-F para os casos de celebração de negócios da sociedade por quotas unipessoal com o seu (único) sócio. Ambos os artigos serão adiante analisados à luz da sua (eventual) consideração como manifestações da figura da desconsideração da personalidade jurídica.

Porém, e não obstante a aparente tutela legal ora exposta, subjazem os casos em que a unipessoalidade reveste a forma de **unipessoalidade material**, isto é, uma condição de unipessoalidade camuflada na composição plural do substrato humano da pessoa coletiva, frequentemente acompanhada do usufruto, fruição e até disposição do património social pelo sócio “ativo”, num cenário de convivência, tácita ou explícita, dos demais sócios “alheados e afastados da vida societária”⁷⁰.

Uma interpretação literal dos preceitos analisados não permite o enquadramento no seu regime de responsabilidade de situações que serão materialmente análogas, uma vez que o

⁶⁹ Veja-se a al. a) do n.º 1 do artigo 142.º do CSC, em linha com o n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 76-A, de 29 de Março (“Regime Jurídico dos Procedimentos Administrativos de Dissolução e Liquidação de Entidades Comerciais”) prevê, na sua al. a), a possibilidade de dissolução administrativa da sociedade comercial reduzida a um número de sócios inferior ao estabelecido por lei por período superior a um ano, a requerimento de algum dos interessados previstos no referido n.º 1. Note-se que, em harmonia com ambos os preceitos, na ausência dessa cominação expressa, a dissolução não opera automaticamente.

⁷⁰ (Ribeiro, 2009, p. 362)

respetivo “sócio controlador”, enquanto sujeito ativo num conjunto passivo e inerte. Esta condição de isolamento e exclusividade no controlo e governo social requiere e merece a tutela (reforçada) do direito, por identidade de razão aos fundamentos orientadores dos preceitos legais já consagrados para o caso da unipessoalidade formal.

c) Grupos Societários

No âmbito dos casos de grupos societários encontram-se as situações de controlo de uma sociedade por outra. O regime legal das relações de grupo encontra-se legalmente previsto no artigo 488.º e seguintes do CSC. Esta categoria de casos subdivide-se em dois cenários: a relação de subordinação de uma sociedade a outra e os casos de domínio total, seja este originário ou superveniente.

No âmbito das relações de domínio, a lei permite a uma sociedade a constituição de uma sociedade anónima “de cujas ações ela seja inicialmente a única titular.”, cfr. n.º 1 do artigo 488.º do CSC, cumpridos os demais requisitos de constituição de sociedades anónimas bem como o disposto nos números 4, 5 e 6 do artigo seguinte. Estas relações de domínio total veem o seu regime reconduzido aos preceitos dos artigos 501º a 504.º do CSC e demais aplicáveis, por remissão do artigo 491.º do mesmo diploma, no que se poderá considerar um ato de consideração do legislador pelos interesses dos credores sociais.

Mistura de Patrimónios

A mistura de patrimónios, conforme Maria de Fátima Ribeiro, consiste na “situação em que um sócio (ou vários sócios) age como se não existisse separação entre o seu património pessoal e o património da sociedade”⁷¹.

⁷¹ (Ribeiro, 2009, p. 260)

Menezes Cordeiro descreve o fenómeno como se tratando da “indistinção entre a pessoa e o património da sociedade e as pessoas ou os patrimónios dos sócios”⁷².

Catarina Serra⁷³ enuncia alguns exemplos em que “o sócio ou os sócios tratam e dispõem da sociedade e do património social como se fosse “coisa própria” (e vice-versa): pagam dívidas da sociedade com valores depositados em contas bancárias pessoais; recorrem à tesouraria da sociedade para liquidar dívidas pessoais; realizam em nome da sociedade, negócios jurídicos para proveito próprio ou de terceiros; em suma, que o sócio ou os sócios convertem a sociedade e o seu *alter ego* num *corporate dummy*, a despeito do princípio da separação”.

Pedro Cordeiro destrinça duas situações geradoras de danos para os credores sociais, nas quais se torna difusa a fronteira da autonomia patrimonial da sociedade, a mistura de sujeitos de responsabilidade e a mistura material de patrimónios.

Na primeira hipótese surgem os casos da “promiscuidade” de sócios entre duas ou mais sociedades, muitas vezes ostentando funções de administração societária, partilhando estas da mesma sede e por vezes ainda objeto social.

A segunda hipótese resulta da falta ou impossibilidade de diferenciação entre as respectivas massas patrimoniais do(s) sócio(s) e da sociedade.

Desta indissociação resulta, segundo Menezes Cordeiro⁷⁴ e Maria de Fátima Ribeiro, um dos casos tradicionalmente apontado como gerador de problemas que não encontram solução legal direta e, por isso, passível de conduzir à desconsideração da personalidade jurídica⁷⁵.

⁷² (Cordeiro A. M., O levantamento da personalidade colectiva no direito civil e comercial, 2000, p. 115 e ss.)

⁷³ (Serra, 2009, p. 112)

⁷⁴ (Cordeiro A. M., O levantamento da personalidade colectiva no direito civil e comercial, 2000, p. 117)

⁷⁵ Cfr. (Ribeiro, 2009, p. 263)

Note-se ainda o caso da “mistura de patrimónios horizontal”, em que a situação descrita ocorre entre sociedades dominadas pelo mesmo sócio.⁷⁶

Já Ana Filipa Morais Antunes⁷⁷ entende que o abuso da personalidade jurídica, caso reúna os demais pressupostos da responsabilidade civil, configura uma responsabilidade direta e solidária, passível de ser invocada independentemente da excussão prévia do património social.

3.4 Aflorações legais da desconsideração da personalidade jurídica

O ordenamento jurídico nacional consagra já mecanismos de responsabilidade que de identificam com a *ratio* da figura da desconsideração de personalidade jurídica.

Considerando o âmbito da figura da “desconsideração da personalidade jurídica” como sendo o de “atingir aquelas situações abusivas que não cabem dentro das previsões legais expressas”⁷⁸, cabe antes de mais perscrutar o quadro normativo jurídico societário no sentido de apurar a estrita necessidade de recurso à figura que, como vimos,

Aquele que poderá ser considerado o melhor exemplo, tangente aos casos acima identificados como de mistura de esferas ou patrimónios jurídicos e conexo com a circunstância da unipessoalidade em que os referidos fenómenos serão mais propícios, encontra a solução para o problema na reversão da separação da pessoa ou património jurídicos, quando se verifique que esta não estava a ser respeitada.

⁷⁶ Cfr. (Ribeiro, 2009, p. 261)

⁷⁷ Cfr. (Antunes A. F., 2007)

⁷⁸ (Almeida, 2013, p. 50)

3.4.1 Artigo 84.º do CSC

Este caso paradigmático encontra-se previsto no artigo **84.º do CSC**, que resulta como (derradeiro) mecanismo de proteção dos credores sociais, e prevê que, em caso de insolvência (ou, à data, “se for declarada falida”), uma sociedade reduzida⁷⁹ a um sócio único, este responda “*ilimitadamente pelas obrigações sociais contraídas no período posterior à concentração das quotas ou das ações, contanto que se prove que nesse período não foram observados os preceitos da lei que estabelecem a afetação do património da sociedade ao cumprimento das respetivas obrigações.*”.

Como enuncia Menezes Cordeiro, está em causa responsabilidade patrimonial (por oposição à responsabilidade civil), não se visando imputar danos mas antes “fazer responder dados bens de um sujeito pelas dívidas de outro”⁸⁰.

Oliveira de Ascensão reconhece o artigo 84.º do CSC como uma concretização legal da figura da desconsideração da personalidade jurídica das sociedades comerciais, afirmando o Autor que “há que reconhecer que é efetivamente uma hipótese de desconsideração. Em relação à conduta do socio único, não se toma em conta a interposição da personalidade coletiva, e os credores poder-se-ão satisfazer, diretamente, através do património daquele.”⁸¹

Este artigo prevê, segundo Catarina Serra, “em suma, uma “presunção” da contribuição do sócio, com o seu comportamento ilícito, para a insolvência da sociedade”⁸², expandindo a caracterização da norma ao identificar o seu escopo como sendo “o de punir o sócio pelos factos antijurídicos (permanência em situação de sócio único e desrespeito pela separação patrimonial) e o de tutelar os interesses dos credores dos prejuízos que daí resultem na hipótese-limite de insolvência”⁸³.

⁷⁹ Cfr. (Ventura, 2011, p. 96-97)

⁸⁰ (Cordeiro A. M., Da responsabilidade civil de gerentes e administradores, 1997, p. 26)

⁸¹ (Ascensão, 1993, p. 81)

⁸² (Serra, 2009, p. 122)

⁸³ (Serra, 2009, p. 122)

A mesma Autora entende⁸⁴ que a via por que o artigo em causa alcança a sua finalidade consiste na “desconsideração” do benefício da responsabilidade limitada do sócio, enquanto “aspeto essencial que identifica e distingue as sociedades de responsabilidade limitada”⁸⁵, pecando por excesso o enquadramento da norma na figura em análise, uma vez que esta última procede à “desaplicação de todo um regime jurídico – o regime relativo aos tipos de sociedades anónimas ou por quotas que, que têm autonomia patrimonial perfeita e não integram sócios de responsabilidade ilimitada”⁸⁶.

Note-se que o artigo 84.º precede (integrando mesmo a redação original do CSC com o Decreto-Lei 262/86, de 02 de setembro) a alteração legislativa que consagrou no ordenamento jurídico as sociedades unipessoais por quotas (1996), o que revela a preocupação precoce do legislador em acautelar os perigos inerentes à unipessoalidade e consequente instrumentalização da sociedade para fins alheios ao interesse social e atentatórios das garantias dos credores. Concretamente no caso da verificação dos pressupostos enunciados na norma, incentiva-se o sócio único à reposição da pluripessoalidade (então única condição regular de manutenção da sociedade), através da “ameaça” de uma responsabilidade ilimitada legalmente imposta em derrogação do princípio de limitação da responsabilidade a que o sócio (ou, corretamente, na altura, os sócios) aderiram com a constituição da sociedade ao abrigo de um dos modelos que prevê⁸⁷.

Esta garantia para os credores sociais divide a doutrina quanto ao regime aplicável à responsabilidade patrimonial decorrente para os sócios.

⁸⁴ (Serra, 2009, p. 122-123)

⁸⁵ (Serra, 2009, p. 123)

⁸⁶ Cfr. Catarina Serra (*ob cit.*, p. 123). A Autora refere também que “o que se trata, afinal, não é de afastar a personalidade jurídica *qua tale*, (o conjunto de características gerais e comuns a todas as pessoas coletivas e jurídicas), mas de afastar as características específicas que a convertem em *certa* pessoa coletiva ou jurídica – de afastar, em suma, *aquela concreta* pessoa coletiva.” Consideramos que esta articulação ultrapassa a prévia apreciação restritiva do alcance da norma pela autora, no sentido de a considerar como mera desaplicação do regime da responsabilidade dos sócios, uma vez que agora se admite o “afastamento” da pessoa coletiva em concreto.

⁸⁷ (Ribeiro, 2009, p. 360-361, nota 11)

No que concerte ao regime aplicável nestes casos para a responsabilidade patrimonial para os sócios, Pedro Cordeiro⁸⁸ e Maria de Fátima Ribeiro⁸⁹ alinham no sentido de que será uma responsabilidade subsidiária, pelo que sempre caberá a excussão do património social, reforçando a natureza de último recurso que imbui a figura da “desconsideração da personalidade jurídica”.

Coutinho de Abreu⁹⁰ e Ana Maria Peralta⁹¹, por seu turno, consideram que está em causa uma responsabilidade solidária por parte dos sócios, em harmonia com o regime consagrado no artigo 100.º do Código Comercial, que o estabelece como regra, “salvo estipulação contrária”.

Não obstante, e não o configurando como “estipulação contrária” expressa, cremos sindicável que a necessidade de “declaração de insolvência” da sociedade sugere a subsidiariedade da responsabilidade dos sócios ao abrigo do artigo 84.º do CSC.

Subsiste a questão da extensibilidade de aplicação do regime neste artigo consagrado aos casos de unipessoalidade material, situação já introduzida no “grupo de casos” de Unipessoalidade Societária. Está em causa a circunstância em que apenas um sócio exerce a atividade económica da sociedade, limitando-se a pluripessoalidade ao plano formal e consequentemente garantindo a sua (aparente) exclusão do regime especial de responsabilidade previsto para a unipessoalidade formal.

Atenta a esta dissimulação orgânica, que poderá mesmo representar fraude à lei, a doutrina veio a admitir uma interpretação extensiva do artigo 84.º ao caso ora exposto, porquanto não só compaginável com o espírito do preceito como também dotada da mais valia de afastar “um incentivo à criação e manutenção de sociedades fictícias, agora o único meio de o sócio único camuflado escapar à aplicação daquele regime”⁹².

⁸⁸ (Cordeiro P. , A desconsideração da personalidade jurídica das sociedades comerciais, 2008, p. 101)

⁸⁹ Cfr. (Ribeiro, 2009, p. 345)

⁹⁰ (Abreu, Curso de Direito Comercial Vol. II - (Das Sociedades), 2014, p. 56)

⁹¹ (Peralta, 1988, p. 266)

⁹² (Peralta, 1988, p. 265 e ss.)

Em igual sentido, Maria de Fátima Ribeiro considera que “esta interpretação é reforçada (e não fragilizada) com a entrada em vigor das normas sobre a sociedade por quotas unipessoal: o direito societário é cada vez mais informado pela intenção de evitar (tornando, basicamente, inútil) o recurso a sociedades fictícias; a interpretação declarativa do artigo 84.º do CSC iria promovê-lo.”⁹³. Mitiga-se assim, no caso das sociedades por quotas materialmente unipessoais, por confronto com o regime de responsabilidade estabelecido para as sociedades unipessoais por quotas no artigo 270.º-F, a “injustificada ausência de responsabilidade numa situação em tudo semelhante: a contribuição do sócio único, através do seu desrespeito pela separação patrimonial, para a insolvência da sociedade”⁹⁴.

Outra possível extensão do regime da norma em apreço que se impõe analisar e divide a doutrina prende-se com a sua aplicabilidade aos casos de unipessoalidade originária, considerando-se como tal as sociedades unipessoais por quotas criadas ao abrigo do quadro normativo dos artigos 270.º-A a 270.º-F. Esta interpretação extensiva da norma, pese embora não seja unânime, surge precisamente em virtude do regime das (originárias) sociedades unipessoais por quotas, e é precisamente por ele, reforçada e justificada⁹⁵ quando contrastada com o artigo 270.º-F do CSC, porquanto tornaria o regime previsto para as sociedades unipessoais por quotas menos responsabilizador⁹⁶.

Em sentido contrário, Ricardo Costa, que entende que no “artigo 84.º trata-se da responsabilidade do sócio único, não quando a unipessoalidade é originária, mas sim superveniente. Trata-se de uma norma da redação originária do CSC, a que subjaz ainda uma certa suspeita em relação à unipessoalidade.”⁹⁷.

Parece-nos que a interpretação extensiva da norma equaliza os dois regimes, afigurando-se preferível justamente por esse motivo.

⁹³ (Ribeiro, 2009, p. 362-363)

⁹⁴ Cfr. (Ribeiro, 2009)

⁹⁵ (Cordeiro A. M., Direito das Sociedades II, 2014)

⁹⁶ Cfr. (Ribeiro, 2009)

⁹⁷ (Costa, Comentário ao art. 84.º, 2010, pp. 967-969)

Consideradas as características da norma, a sua justaposição coma figura da “desconsideração da personalidade jurídica” aparenta certos traços de identidade comum entre “mecanismos” de responsabilidade.

Engrácia Antunes, porém, considera que “o conceito de personalidade jurídica de uma sociedade comercial é histórica, lógica e legalmente compatível com diferentes regimes de responsabilidade para os respetivos associados (v.g. basta pensar nas sociedades em nome coletivo ou em comandita, que são pessoas coletivas cujos sócios respondem pelas obrigações sociais)”, pelo que o *modus operandi* do artigo 84.º representará “quando muito, uma “desconsideração” do particular regime de responsabilidade que é típico de um determinado tipo social”⁹⁸.

Esta consideração merece-nos a melhor atenção, porquanto delimita positivamente o raio de alcance da norma, de tal forma que o pode deixar aquém da figura em análise.

Com efeito, o escopo do artigo 84.º não ultrapassa o afastamento da autonomia patrimonial da sociedade, que o próprio sócio veio já a colocar em causa pela sua conduta inobservante dos “preceitos da lei que estabelecem a afetação do património da sociedade ao cumprimento das respetivas obrigações”, necessariamente geradora de prejuízos para os credores sociais, vítimas secundárias da eventual “implosão social provocada” da pessoa coletiva pela mão do sócio materialmente ou formalmente único.

Não se impõe, nestes casos, a “desconsideração” da personalidade jurídica da sociedade, mas tão somente uma “responsabilidade pessoal dos sócios”⁹⁹ num cenário que primordialmente a excluía, e só por via da prévia e triplamente negligente conduta destes se afigurou possível. Supera-se, nestes casos, “momentaneamente a limitação de responsabilidade”.

⁹⁸ (Antunes J. A., 2002, p. 152)

⁹⁹ (Triunfante & Triunfante, 2009, 134)

Somos, em consequência, da opinião que o mecanismo responsabilizador do artigo 84.º não partilha mais do que o “espírito” da figura da “desconsideração da personalidade jurídica”, já que resulta consequente da reunião de comportamentos subjetivos e circunstâncias concretas expressos na previsão da norma que estatui uma consequência que, como se viu, pese embora contenda com o princípio geral da responsabilidade limitada, não parece infirmar a personalidade jurídica da pessoa coletiva – aqui na forma de sociedade comercial.

O objetivo que se pretende com figura da desconsideração, enquanto instrumento responsabilizador dos sócios, vê-se assim alcançado pela “mera” aplicação do artigo 84.º. Consideramos que pela via da interpretação “extensiva” (que reputamos legítima e atendível) da presente norma serão acautelados os valores que orientaram a génese e evolução da figura da “desconsideração da personalidade jurídica”.

3.4.2 Artigo 270.º-F, n.º 4 do CSC

Conforme analisado em sede do grupo de casos da “Unipessoalidade Societária”, o legislador veio consagrar através do Decreto-Lei n.º 257/96 de 31 de Dezembro, o regime da sociedade unipessoal por quotas, admitindo para este modelo societário a unipessoalidade, quer originária quer superveniente, desde que cumpridos certos requisitos de forma e firma.

Esta alteração, tal como expressa o ponto 2 do preâmbulo do referido Decreto-Lei, veio reconhecer que “estas sociedades podem facilitar o aparecimento e, sobretudo, o são desenvolvimento de pequenas empresas, que, como é reconhecido, constituem, principalmente em épocas de crise, um fator não só de estabilidade e de criação de emprego mas também de revitalização da iniciativa privada e da atividade económica em geral”, enquanto permite que que “os empreendedores se dediquem, sem recurso a sociedades fictícias indesejáveis, à atividade comercial, beneficiando do regime da responsabilidade limitada.”.

Esta ambição não veio sem devidas cautelas, pelo que, “para a cabal prossecução dos objetivos enunciados, foram consagrados alguns princípios de segurança, tanto do socio único como de terceiros.”

Em consequente, este regime veio prever, no artigo 270.º-F, um leque de exigências nas relações do sócio único com a sociedade, elencando três requisitos nos seus três primeiros números, cuja violação, nos termos do n.º 4 do artigo, implica a nulidade dos negócios jurídicos celebrados e responsabiliza ilimitadamente o sócio.

No âmbito do presente trabalho, cumpre analisar esta segunda consequência, como mecanismo de responsabilização do sócio derogatório do princípio da responsabilidade limitada, também para as sociedades unipessoais por quotas consagrado, estabelecendo o paralelismo com a imputação de responsabilidade que se visa com a “desconsideração da personalidade jurídica”.

As três condições do preceito assumem assim uma natureza material, formal e publicitária. Desta forma, exige-se que os negócios jurídicos celebrados entre o sócio único e a sociedade sirvam a prossecução objeto social, corporizando-se neste ponto o requisito material no n.º 1. O n.º 2 do mesmo artigo obriga a que todos os referidos negócios obedeçam à forma legalmente prescrita, devendo, em todos os casos, observar a forma escrita, requisito formal que se afigura contrário ao princípio geral da liberdade de forma da declaração negocial previsto no artigo 219.º do CC. Por fim, o n.º 3 estabelece uma exigência de publicidade, no sentido de que todos os documentos que sustentam os negócios jurídicos celebrados entre o sócio único e a sociedade devam ser patenteados conjuntamente com o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas, podendo qualquer interessado, a todo o tempo, consultá-los na sede societária. Em consequência da inobservância de qualquer um dos requisitos elencados, prevê o n.º 4 do mesmo artigo a nulidade dos negócios jurídicos celebrados e a responsabilidade ilimitada do sócio, num alcance de responsabilidade em tudo semelhante ao do artigo 84.º do CSC.

A amplitude e extensão das exigências deste artigo deixam bem clara a consideração do legislador sobre os “princípios de segurança” que visou incutir aquando da criação do regime no combate à instrumentalização da pessoa coletiva à mercê do sócio seu soberano, mormente quanto ao risco de mistura de patrimónios e/ou confusão de esferas jurídicas, conceitos (e riscos) já abordados precisamente no âmbito dos grupos de casos de “desconsideração”.

Justifica-se uma nota crítica ao requisito plasmado no n.º 3 do referido preceito, que se apresenta passível de “usurpação” pelos devedores, concorrentes ou mesmo credores menos bem-intencionados, na medida que a referida exigência se revela potencialmente morosa para o sócio único a numa escala desproporcionada da necessidade de legitimação do “interessado” contemplada pela lei.

Em sentido inverso, constata-se o risco de não correspondência dos documentos com a realidade dos factos, deixando os interessados (neste caso, em princípio, os credores sociais) numa situação de aparente impotência face às necessidades probatórias que o se lhes impõe aquando da invocação deste regime de responsabilidade.

Concluindo, os eventuais benefícios na criação de uma sociedade unipessoal por quotas podem não compensar os compromissos acrescidos que esta comporta.

4. Conclusões

Perscrutada a figura da “desconsideração da personalidade jurídica” e o reflexo dos seus vetores estruturantes no ordenamento jurídico, suscita-se uma apreciação crítica da referida figura, sua admissibilidade e mesmo necessidade enquanto instrumento de responsabilização dos sócios perante os credores sociais no grupo de casos de controlo ou domínio societário por um sócio, enquanto circunstância admitida e reconhecida pela doutrina como legitimadora do recurso aos seus préstimos.

A lei nacional reconhece dois mecanismos de responsabilização do “sócio controlador”, seja a título material, formal, consagrados nos artigos 84.º, 270.º do CSC e cujos regimes foram objeto de análise no capítulo antecedente, partilham, como se viu, o espírito da figura da “desconsideração da personalidade jurídica”, pelo que se nos permite a questão de representarem estes a sua consagração legal, ou mesmo a sua “legítima alternativa” na prossecução de um fim que ninguém disputa – a realização da justiça, por via do Direito.

De acordo com Oliveira de Ascensão, estes artigos constituem a positivação da figura da desconsideração, o que “dispensa a doutrina de toda a perplexidade quanto aos seus pressupostos. Mas a desconsideração poderá ser utilizada em casos não previstos, se se encontrar um fundamento que permita impô-la como um princípio geral. Por isso é tao importante o debate sobre a natureza da desconsideração.”¹⁰⁰

A respeito da personalidade jurídica, recorde-se Coutinho de Abreu – “O véu da personalidade jurídica, mesmo que transparente (como deve ser) existe. Não se pretenda, pois, levantá-lo sistematicamente, ou mantê-lo permanentemente levantado...”¹⁰¹

A “admissão generalizada da mesma poder acarretar “o risco de abalo social da figura da limitação da responsabilidade do sócio – figura esta cujo papel no desenvolvimento económico é universalmente reconhecido.”¹⁰²

Nos Estados Unidos, surgem recentemente alguns autores favoráveis à negação da desconsideração da personalidade jurídica, dando-lhe o nome de “doutrina disfuncional” (*dysfunctional doctrine*).

A consideração desta operação como “desconsiderante” da personalidade jurídica da pessoa coletiva dependerá necessariamente da conceção desta que se suporte, mormente no respeitante à autonomia patrimonial. Não obstante, mesmo num cenário de “condição prévia” como defende Ferrer Correia¹⁰³, também este considera que “a circunstância, pois, de nem só o centro patrimonial autónomo (...) responder pelas obrigações relacionadas com o seu fim económico especial – não exclui, só por si a ideia de personalidade jurídica”. O mesmo Autor considera que “bem poderá dizer-se que os outros patrimónios, que os outros sujeitos responsáveis se encontram numa posição análoga à do fiador, com a única diferença de a situação se produzir aqui *ope legis*”¹⁰⁴. O Autor resume a essencialidade da autonomia

¹⁰⁰ (Ascensão, 1993, p. 81-82)

¹⁰¹ (Abreu J. C., 1990)

¹⁰² (Duarte, 1996)

¹⁰³ Cfr. posição já analisado do Autor, no sentido de que “pode haver autonomia patrimonial sem personalidade, mas não esta sem aquela.”. (Correia, 1982, p. 547)

¹⁰⁴ (Correia, 1982, p. 549)

patrimonial à afetação (jurídica) do referido acervo patrimonial à “realização do fim que motivou a separação”¹⁰⁵ em primeiro lugar, não sendo admissível a sua recondução a outras finalidades se não depois de saldadas as responsabilidades com que no exercício delas tiver sido onerado.

Maria de Fátima Ribeiro diz-nos que “se as pretensões dos credores sociais puderem ser satisfeitas através do recurso a institutos jurídicos legalmente consagrados, não deve recorrer-se a este mecanismo de contornos vagos e imprecisos, fruto da elaboração – entre nós, errática – da doutrina e da jurisprudência e propiciador de casuismo e insegurança jurídica”¹⁰⁶. Reforça a Autora que “essa técnica não pode ser aceite sem reservas, devido à inexistência de uma adequada fundamentação dogmática, a uma improvável autonomização do “instituto”, e à incerteza e insegurança que a sua aplicação gera”¹⁰⁷.

Concluimos pela validade da figura da “desconsideração” nos casos em que as suas aflorações legais não se revelam bastantes para combater comportamentos passíveis de ser considerados antijurídicos, numa solução de último recurso, que permita a realização da Justiça no caso concreto.

¹⁰⁵ (Correia, 1982, p. 549-550)

¹⁰⁶ (Ribeiro, 2009, p. 519)

¹⁰⁷ Cfr. (Ribeiro, 2009)

6. Bibliografia

- Abreu, J. M. (2014). Curso de Direito Comercial Vol. II - (Das Sociedades) (Vol. II). Coimbra: Almedina.
- Abreu, J. M. (1999). Da empresarialidade (As empresas no direito). Coimbra: Almedina.
- Abreu, J. M. (Março de 2010). Diálogos com a jurisprudência, II – Responsabilidade dos administradores para com credores sociais e desconsideração da personalidade jurídica. Direito das Sociedades em Revista .
- Abreu, J. M. (2006). Do abuso de direito – Ensaio de um critério em direito civil e nas deliberações sociais (3.^a Edição ed.). Coimbra: Almedina.
- Abreu, J. M., & Ramos, E. (2004). Responsabilidade Civil de Administradores e de Sócios Controladores. Em J. M. Gabriela Figueiredo Dias, Responsabilidade Civil de Administradores e de Sócios Controladores - Privatização de Empresas Públicas e Empresarialização Pública - Princípios do Comércio Electrónico - Project Finance (Vol. 3, p. 42). Coimbra: Almedina.
- Almeida, A. P. (2013). Sociedades Comerciais (Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Mercados) (7.^a ed., Vol. I). Coimbra: Coimbra Editora.
- Andrade, M. A. (1992). Teoria Geral da Relação Jurídica (Vol. I). Coimbra: Almedina.
- Antunes, A. F. (2007). O abuso da personalidade jurídica colectiva no direito das sociedades comerciais. Em Novas tendências da responsabilidade civil. Coimbra: Almedina.
- Antunes, J. A. (2010). Direito das Sociedades (Parte Geral). Porto: Edição de autor.
- Antunes, J. A. (2002). Os grupos de sociedades: estrutura e organização jurídica da empresa plurissocietária (2.^a ed.). Coimbra: Almedina.
- Ascensão, J. d. (2002). Direito Civil - Teoria Geral (Vol. I). Coimbra: Coimbra Editora.
- Ascensão, J. d. (1993). Direito Comercial, Vol. IV - Sociedades Comerciais. Lisboa.
- Caeiro, A. (1988). As Sociedades de Pessoas no Código das Sociedades Comerciais. Coimbra: Almedina.
- Cordeiro, A. M. (2015). Da boa fé no Direito Civil. Coimbra: Almedina.
- Cordeiro, A. M. (1997). Da responsabilidade civil de gerentes e administradores. Lisboa: Lex.
- Cordeiro, A. M. (2004). Manual de direito das sociedades, Vol. I, Das sociedades em geral (Vol. I). Coimbra: Almedina.

- Cordeiro, A. M. (2000). O levantamento da personalidade colectiva no direito civil e comercial. Coimbra: Almedina.
- Cordeiro, A. M. (2000). Tratado de Direito Civil Potuguês (Vol. I). Coimbra: Almedina.
- Cordeiro, P. (1988). A Desconsideração da Personalidade Jurídica das Sociedades Comerciais. Em Novas Perspectivas do Direito Comercial. Coimbra: Almedina.
- Cordeiro, P. (2008). A desconsideração da personalidade jurídica das sociedades comerciais. Universidade Lusíada Editora.
- Correia, A. F. (1982). A Autonomia Patrimonial como Pressuposto da Personalidade Jurídica in: Estudos. Em A. F. Correia, Estudos vários de Direito (p. 547). Coimbra: Coimbra.
- Costa, R. (2010). Comentário ao art. 84.º. Em J. M. (Coord.), Código das Sociedades Comerciais em Comentário (pp. 965-979). Coimbra: Almedina.
- Costa, R. (2003). Unipessoalidade Societária. Em IDET, Miscelâneas (p. 39 e ss.). Coimbra: Almedina.
- Domingues, P. d. (1998). Do Capital Social, Noção, Princípios e Funções. Coimbra: Coimbra Editora.
- Domingues, P. d. (Outubro de 2011). O novo regime do capital social nas sociedades por quotas. Direito da Sociedades em Revista .
- Domingues, P. d. (2009). Variações sobre o Capital Social. Coimbra: Almedina.
- Fernandes, L. A. (2012). Teoria Geral do Direito Civil (Vol. I). Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Gonçalves, L. d. (1936). Tratado de direito civil em comentário ao código civil Português (Vol. I). Coimbra: Coimbra Editora.
- Hörster, H. E. (1992). A Parte Geral do Código Civil Português, Teoria Geral do Direito Civil. Coimbra: Almedina.
- Mendes, J. d. (1995). Teoria Geral do Direito Civil (Vol. I). Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Lisboa.
- Peralta, A. M. (1988). Sociedades unipessoais. Em Novas perspectivas do direito comercial (p. 265). Coimbra: Almedina.
- Pinto, C. A. (2005). Teoria Geral do Direito Civil. Coimbra: Coimbra Editora.
- Ribeiro, M. d. (2009). A Tutela dos Credores da Sociedade por Quotas e a "Desconsideração da Personalidade Jurídica" . Coimbra: Almedina.

- Serens, M. C. (1997). Notas sobre a Sociedade Anónima. Coimbra: Coimbra Editora.
- Serra, C. (2009). Desdramatizando o afastamento da personalidade jurídica (e da autonomia patrimonial). *Julgar* , 9, 111-130.
- Soares, M. Â. (2008). Aumento do Capital. Em E. L. Luís Baltazar Brito da Silva Correia, *Problemas do direito das sociedades* (pp. 233-255). Coimbra: Almedina.
- Tavares, J. (1924). *Sociedades e empresas comerciais*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Thompson, R. B. (5 de Julho de 1991). Piercing the Corporate Veil: An Empirical Study. *Cornell Law Review* , 76, p. 1036.
- Triunfante, A. M., & Triunfante, L. d. (2009). Desconsideração da personalidade jurídica - Sinopse doutrinária e jurisprudencial. *Julgar* , 131-140.
- Ventura, R. (2011). *Dissolução e Liquidação de Sociedades - Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*. Coimbra: Almedina.